

ESPLANADA

Entidades ligadas a magistrados e servidores da segurança pública discordam com veemência da intenção da deputada Bia Kicis, presidente da CCJ na Câmara, de incluir as categorias na reforma administrativa. Elas defendem a valorização do funcionalismo

Associações atacam Kicis

» VERA BATISTA

A deputada Bia Kicis (PSL/DF), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mexeu em “um vespeiro” na Esplanada dos Ministérios. A disposição da parlamentar em incluir magistrados e servidores da segurança pública na reforma administrativa, em discussão no Congresso, provocou forte reação de entidades de classe do funcionalismo público.

Trata-se de uma briga em que o Planalto pode sair perdendo. O tema volta à tona em um momento de sensível divergência entre o Executivo e o Judiciário. Nos últimos dias, o presidente Jair Bolsonaro pressionou para o Congresso votar um projeto de lei que trate de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em retaliação à decisão do ministro Luís Roberto Barroso — acompanhada pelo pleno da Corte — de determinar a instalação da CPI da Covid no Senado. A investigação parlamentar tem como objeto ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia e pode comprometer as pretensões eleitorais de Bolsonaro em 2022.

Antes mesmo de a deputada Bia Kicis se posicionar pela inclusão de magistrados e servidores da segurança pública na discussão sobre a reforma administrativa, várias associações de juizes e procuradores se posicionaram contrárias à ideia. Desde o momento em que o Ministério da Economia divulgou as bases da reforma, com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020), as associações alegam que a iniciativa é inconstitucional e fere a independência dos Poderes. A presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Noêmia Porto, ressalta que, “em meio a uma crise sanitária gravíssima, em que o

Julio Franca/ADPF



O presidente da Associação dos Delegados da PF, Edvandir Paiva, afirmou que “a PEC Administrativa enfraquece as instituições de Estado”

serviço público deveria estar sendo valorizado e fortalecido, (o tema) é inoportuno”.

“Nós discordamos frontalmente dessa posição da presidente da Comissão de Constituição e Justiça e acreditamos que os demais parlamentares não irão afrontar diretamente a Constituição dessa forma. Isso porque, como membros do Poder Judiciário, constitucionalmente apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) poderia promover uma reforma desse calibre. Caso contrário, é clara a interferência entre os Poderes”, afirmou Eduardo André Brandão, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Mesmo considerando que os magistrados não farão parte da

reforma, o que mais preocupa o presidente da Ajufe é a “demonização que se tem feito dos servidores públicos”. Lembrando que na reforma da Previdência já se culpou esses profissionais, mesmo sem definições precisas em relação aos culpados pelo déficit previdenciário. Esse discurso em relação aos servidores não pode continuar a ser adotado, ainda mais depois de todos os esforços que vêm sendo despendidos durante a crise sanitária que o país enfrenta”, reforçou Brandão.

O presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Edvandir Paiva, mencionou que “a PEC Administrativa enfraquece as instituições de Estado”. Luiz Boudens, presidente da Associação Nacional dos Poli-

ciais Federais (Fenapef), disse que os parlamentares não conseguirão fazer mudanças radicais e ironizou: “Ainda bem que ela (Bia Kicis) não é a relatora”.

Negociação

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), ressaltou que a entidade está conversando com o relator na CCJ, deputado Darci de Matos (PSD/SC).

O Fonacate quer suprimir, já na Comissão, tudo o que se refere ao “hiperpresidencialismo”, como o poder de extinguir órgãos e cargos. “Darci Matos sinalizou positivamente, mas pretende ainda fazer audiências públicas até meados de maio. O calendário pode ser es-

tendido, haja vista a pouca experiência da deputada Bia Kicis, que preside a Comissão”, cutucou Marques. No entender de Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef, que representa 80% do funcionalismo federal), não importa quem estará incluído na reforma, mas o teor do texto.

“A quem a deputada está querendo enganar? Não adianta, pode até ter pretensão de trazer mais gente para ter prejuízo, ou não. O importante é não acabar com concurso público, com a estabilidade e não levar a cabo a criação de cargos de liderança e assessoramento, um nome bonito para a farra do boi no serviço público. Também não aceitamos

o fim do Regime Jurídico Único (RGU). Só quero ver se o Legislativo vai permitir dar poderes limitados ao Executivo para extinguir funções ou órgãos. A proposta é atravessada”, reclama Silva.

Ele conta que os servidores conversam com parlamentares para que entendam que a questão mais relevante é debelar a pandemia e providenciar a imunização em massa. “O momento é de vacina no braço e comida no prato”, disse Silva. O Ministério da Economia, por meio da assessoria de imprensa, informou que “não comenta matérias em tramitação em outros Poderes”. O Correio tentou contato com a deputada para comentar o assunto, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.



O importante é não acabar com concurso público, com a estabilidade e não levar a cabo a criação de cargos de liderança e assessoramento, um nome bonito para a farra do boi no serviço público”

Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef)

CB.AGRO

Para garantir água no campo

» PEDRO ÍCARO*

Fundamentais para a agricultura desde tempos imemoriais, as variações climáticas se tornaram fator crítico no século 21, marcado por diversos perigos ambientais. Para o pesquisador Carlos Pacheco, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a cadeia produtiva nacional precisa considerar com seriedade os recados emitidos pela natureza.

“Vários trabalhos têm apontado para o território brasileiro um aumento generalizado da temperatura média em todas as regiões, em todas as épocas do ano. Com relação à disponibilidade de água, a precipitação deve ser concentrada durante o verão em todas as regiões brasileiras, e deve se observar uma redução muito expressiva dessa ocorrência de chuvas em outras épocas do ano, sobretudo no inverno e na primavera”, disse Carlos Pacheco, em entrevista ao programa *CB. Agro*, uma parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília.

Pacheco observa que, em caso de escassez de água, a Política Nacional de Recursos Hídricos prevê como prioridade o consumo humano e a dessedentação (procedimento para saciar a sede) de animais. A agricultura, atividade econômica com maior consumo de água, deve se preparar para uma possível falta do recurso hídrico no futuro e procurar alternativas para economizar no uso do bem, defende o pesquisador da Embrapa.

“Trabalhamos no sentido de buscar sistemas de produção que consumam menos água. Por

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Carlos Pacheco: Embrapa desenvolve projeto para reutilização segura de água na produção de hortaliças

exemplo, sistemas de irrigação, como gotejamento, que reduzem a necessidade de água para produção de alimentos; o cultivo em ambiente protegido por meio de hidroponia, com potencial de reduzir em 90% a quantidade de água utilizada”, explicou Pacheco.

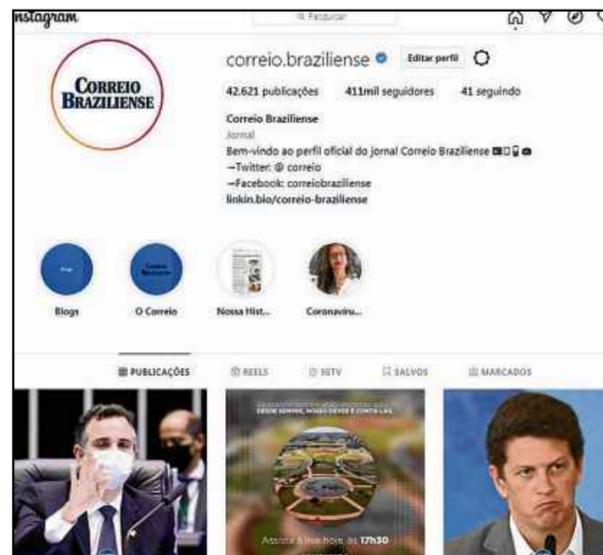
Segundo ele, a Embrapa desenvolve um projeto que busca estabelecer um parâmetro de segurança na reutilização de água residual para irrigação de produtos consumidos crus, como algumas hortaliças. Como esses itens são basicamente provenientes da agricultura familiar, o projeto será realizado principalmente com

pequenos agricultores. “A ideia desse trabalho é justamente definir em qual nível a presença de microrganismos garante uma produção segura do alimento ao final do processo. Definimos também qual o nível de contaminação possível e também qual o nível de tratamento do esgoto necessário para que esse valor de segurança seja atingido”, detalhou o especialista da Embrapa.

O Brasil concentra cerca de 12% da água doce disponível no mundo. Essa quantidade de recursos hídricos contribui para uma falsa sensação de abundância e, por conseguinte, uma cultura

de desperdício. Porém, alerta Pacheco, muitas regiões não têm acesso a saneamento básico, e milhões de brasileiros sofrem com a escassez de água. “A distribuição de água no território brasileiro é muito desigual. Se observarmos a distribuição dos recursos hídricos no Brasil, 80% estão concentrados na região amazônica, que abriga 20% da população brasileira; enquanto os outros 20% estão distribuídos pelo restante do país, que abriga 80% da população”, comparou Pacheco.

*Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza



Usuário só precisa digitar o perfil @correio.braziliense no Instagram

Correio relevante no perfil do Instagram

O Correio Braziliense está entre os jornais brasileiros de melhor desempenho no Instagram em 2021. O levantamento divulgado pelo Berkeley Institute aponta que o veículo alcançou um índice de 7,6, a segunda média mais alta para medir a projeção do veículo neste ambiente digital. Segundo o levantamento, o Correio arregimentou 371 mil seguidores na rede social.

O estudo do Berkeley Institute considerou dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) e consulta às contas públicas dos jornais no Instagram. Os resultados tiveram como base o ranking dos 10 jornais impressos com maior circulação

verificada do país.

Em primeiro lugar, ficou o jornal *O Povo*, de Fortaleza, com um índice de 154. O veículo contabiliza 1,3 milhão de seguidores na rede social. Após o Correio, em terceiro lugar, vem a *Folha de S. Paulo*, com um índice de 7,3 e um total de 2,4 milhões de seguidores na rede. Na sequência do ranking elaborado pelo Berkeley Institute, aparecem os veículos *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *A Tarde*, *Zero Hora*, *Estado de Minas* e *Valor Econômico e Super Notícias*.

Para acessar o conteúdo do Correio no Instagram, basta digitar o perfil @correio.braziliense na rede social.